

6815

# As Realizações do Governo Federal na Amazônia

## SEUS RESULTADOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

GRUPO DE ESTUDO DA ADESG

### SUMÁRIO

#### CAPÍTULOS

##### INTRODUÇÃO

##### I — ÓBICES EXISTENTES NA ÁREA AMAZÔNICA

Expressão Psicossocial  
Expressão Econômica  
Expressão Política  
Expressão Militar

##### II — PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA

Setor Educação  
Setor Saúde  
Setor Energia  
Setor Comunicações  
Setor Transporte  
Setor Agricultura e Pecuária  
Setor Industrial  
Setor Interior  
Setor Militar

##### III — ANÁLISE DA AÇÃO DO GOVERNO NA AMAZÔNIA FACE AOS ÓBICES DA REGIÃO

##### IV — CONCLUSÃO

##### BIBLIOGRAFIA

Anexos A — Contribuição do Senador Arnon de Mello  
Anexos B — Contribuição do Capitão-de-Fragata Granjeiro  
Anexos C — Contribuição do Deputado Sinval Boa Ventura  
Anexos D — Contribuição do Professor Amora Leite  
Anexos E — Contribuição da Professora Rachel de Azevedo

## EXTRATO

*Preambularmente é feito uma apresentação da área, um histórico dos planos de desenvolvimento e comentários sobre a SUDAM, órgão criado para integrar a Região Amazônica à realidade nacional. Em seguida levantou-se os óbices regionais e os projetos setoriais existentes. Continuamos, reagindo estes projetos com os óbices peculiares à área. Deste sistema de força procurou-se, diante da resultante, analisar o êxito do plano de Governo e sugerir modestas medidas que a nosso ver possam dinamizar o propósito pretendido.*

*Concluimos com uma apologia à política de integração da nossa Região Amazônica diante das ações empreendidas neste compasso de Brasil novo.*

## INTRODUÇÃO

A impressão instantânea e duradoura que o visitante concebe da Amazônia é a das florestas luxuriantes e rios sinuosos, em escala tão grande e superlativa que provoca sensações de temor e encantamento; é muito fácil achar-se perdido irremediavelmente nesta terra, mas o ímpeto de explorá-la inexplicavelmente continua. Mesmo a pessoa mais viajada sentirá este paradoxo, pois diante de seus olhos desdobra-se o panorama aparentemente infundável de rios imensos e terras baixas densamente florestadas, diferente de qualquer imagem mental preconcebida. É o "Inferno Verde" do novelista meditando sobre o "Rio Mar" dos habitantes locais, criando um espetáculo harmonioso que não se reproduz em parte alguma do Planeta.

A bacia hidrográfica do Rio Amazonas tem proporções continentais. Ocupa toda a área central da América do Sul, num formato mais ou menos oval, abrangendo aproximadamente 7.000.000 de quilômetros quadrados de terras, sendo confinada pelas terras da Venezuela e Guianas, ao Norte; a Cordilheira dos Andes, a Oeste; o Planalto Central Brasileiro, ao Sul.

As águas da Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas e Brasil convergem para formar a maior rede hidrográfica de qualquer continente.

Cerca da metade desta bacia situa-se dentro das fronteiras do Brasil e é conhecida como "Amazônia Brasileira", ou simplesmente "Amazônia"; uma subdivisão delinea a "Amazônia Brasileira Alta" — oeste de Manaus às fronteiras internacionais —, e a "Amazônia Brasileira Baixa" — leste de Manaus ao Oceano Atlântico, ou Amazônia Ocidental e Oriental.

Estas regiões evocavam imagens de misteriosas tribos de índios, lendas estranhas, florestas impenetráveis onde desaparecem aviões, local para filmes exóticos, caçadas, safaris.

Em 1966, em discurso histórico no Amapá, o Governo Castello Branco lançava a Operação Amazônica.

"Profundamente empenhado em ajudar às áreas mais sub-desenvolvidas, e por isso mesmo mais carentes do apoio e até da iniciativa governamental, considera a atual administração brasileira como desafio que vale a pena aceitar aquele que nos faz a Amazônia, que, não fossem as águas que a afogam, bem poderíamos ter, pela pobreza, como uma réplica do Nordeste.

Dá estar colocado no primeiro plano das preocupações do Governo o desenvolvimento econômico da região, a sua ocupação racional, o fortalecimento das suas áreas de fronteira e a integração do espaço amazônico no todo nacional. Com esse propósito, estuda-se completa reformulação da política nacional até agora seguida, e que deverá ser mudada de acordo com a experiência dolorosamente acumulada. Aliás, aos que acompanham a ação do Governo tornou-se tão evidente o propósito de impulsionar-se com segurança e determinação o progresso e integração da região que, para envolver as várias medidas a serem adotadas, já criaram até a expressão "Operação Amazônia".

O desenvolvimento da Amazônia — pelo que busca, induz, condiciona e ativa — não pode ser apenas simples e isolada empresa do Governo.

Em sua complexidade — a que se vem atribuindo, genericamente, a definição de problemática da Amazônia — reside o mais audacioso desafio do próprio destino da integridade do Brasil.

Por isto, a solução de mais significativo efeito para a pronta concretização desse destino identifica o progresso da Grande Área como imperiosa necessidade da ação conjunta do poder público e da iniciativa privada. Outro não era o propósito do primeiro Governo da Revolução quando da oportunidade da instalação da primeira reunião de incentivos ao desenvolvimento da Amazônia em 1966 assim falou:

"Já se dispendeu muita palavra com a conquista Amazônica. Livros, discursos, conferências, campanhas públicas, apelos, acenos de procedência internacional, reações públicas internas e matizes diferentes, inflamados discursos sobre o potencial e as dificuldades que caracterizam a imensa área, tudo feito ano após ano, com pertinácia e ineficiência. Contudo, não acredito que haja sido um esforço perdido, pois serviu para manter a atenção nacional voltada para a região. Faltou, porém, às administrações anteriores — mais do que um desejo vago, ainda que sincero, de domar o universo amazônico — uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos bons propósitos e intenções.

Por isso, embora devendo lutar em numerosas frentes para a recuperação das finanças e da economia nacional, buscou o atual Governo criar os instrumentos e a condição essencial para assegurar a execução de uma política realista para o domínio efetivo sobre a mais vasta parcela do mundo tropical.

Os instrumentos são as leis aprovadas pelo Congresso Nacional, a condição essencial são os meios, inclusive o real interesse despertado em todo o país em torno da Amazônia, que deixa de ser um mistério para apresentar-se como uma realidade cheia de extraordinárias possibilidades.

Prova-o este encontro que podemos chamar histórico e no qual homens da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Sul dão-se as mãos para uma empresa que repetirá no Brasil a façanha pioneira da conquista do Centro-Oeste pelos bandeirantes da nossa história.

Aí estão as leis aprovadas e regulamentadas. Aí estão os organismos federais, especialmente a Superintendência do De-

envolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia com estrutura, recursos e propósitos, esperando a iniciativa que agora já é mais vossa do que da administração pública."

A opinião pública brasileira tem revelado impaciência com relação a novas falas do planejamento. Essa atitude decorre, em geral, da proliferação de planos não executados antes de 1964; do irrealismo e ausência de objetividade de certos programas e projetos elaborados em alguns setores, mesmo em fase mais recente, e do descompasso entre a elaboração de projetos e a sua implementação em certos órgãos, criando sensação de excesso de planos pela insuficiência da execução.

Seria lugar-comum recordar, neste instante, os desníveis que configuram o Brasil de hoje. O desnível entre o patrimônio físico e a dimensão econômica. É o desnível entre dinamismo atual da economia e as condições de bem-estar de importantes parcelas da população, expresso na observação de que — a Nação pode ir bem, mas boa parte do povo ainda vai mal. Esta verdade ainda é mais real e incômoda nas regiões Norte e Nordeste onde fatores adversos, somados a antagonismos dificultam o advir do bem-estar social. Para se contrapor a estes óbices, o Governo Médici fustigado pela seca de 1970 procurou integrar aquelas regiões com o pólo dinâmico e propulsor do Brasil, a região Centro-Sul e lançou o Plano de Integração Nacional (PIN).

Este Plano veio reforçar o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, tendo como propósito principal solucionar os problemas de falta e excedentes demográficos do Norte e Nordeste, dos minifúndios improdutivos do Sul e do acesso à terra, a uma massa de brasileiros que sempre sonhou em ter seu pedaço de terra para cultivar e garantir a sobrevivência da sua família, célula da Pátria.

Além do Plano de Integração Nacional, o Governo Federal conta na Amazônia com a SUFRAMA e a SUDAM, sendo esta última, a ferramenta do esforço principal da ação governamental na área.

Foi a SUDAM, criada pela Lei n.º 5.173, de 27 de outubro de 1966, que concomitantemente extinguiu a Superintendência do Plano da Valorização Econômica do Amazonas (SPVEA). Um mês antes, em 28 de setembro, através da Lei n.º 5.122, o Banco de Crédito da Amazônia S.A. (BCA) fora transformado em Banco da Amazônia S.A. (BASA), para executar a política do Governo Federal na Amazônia relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico e social. Dentro do espírito da reformulação, o novo estabelecimento surgia com estrutura ampla para operar em todas as modalidades bancárias e funcionar como agente financeiro da SUDAM, de acordo com as diretrizes por esta traçadas no processo do desenvolvimento econômico, dirigida no sentido de apoiar a iniciativa privada.

Instalada no dia 30 de novembro de 1966, em Belém do Pará, a SUDAM era o instrumento objetivo e de alta flexibilidade para assegurar a execução de uma nova política de recuperação da Amazônia, na qual o empresariado brasileiro teria que ter participação ativa e decisiva.

Tinha então o Governo procurado reunir meios para o combate, que necessário era, para integrar, promover o progresso de tão decantada região. O BASA era o apoio logístico, a SUDAM o Estado-Maior e os órgãos de apoio ao combate e a iniciativa privada as tropas do 1.º Escalão, agindo as Forças Armadas como escalão reserva.

## CAPITULO I

### OBICES EXISTENTES NA ÁREA AMAZÔNICA

Há dois aspectos fundamentais que definem o quadro natural da Amazônia:

- sua localização em plena zona equatorial
- a extensão de seu território, revestindo os elementos que constituem a região de feições verdadeiramente continentais.

Estas duas características, aliadas ao pouco conhecimento que ainda se tem da área, são os responsáveis pela divulgação de idéias errôneas e de generalização apressadas.

Muito embora as pesquisas até hoje realizadas não proporcionem uma análise minuciosa da região, já possibilitam apresentá-la sob um ângulo menos literário e despido de fantasia. Neste intuito analisaremos os óbices existentes nesta região seguindo para facilidade de raciocínio, a divisão utilizada para as expressões do Poder Nacional.

#### a) Expressão Psicossocial

As informações colhidas no "Colóquios Regionais de Educação" permite-nos levantar resumidamente as seguintes dificuldades à ação do Governo na Amazônia, no Setor Educacional.

- 1 — Elevado percentual da população de 7 a 11 anos, não freqüenta a escola;
- 2 — Alta taxa de analfabetismo;
- 3 — Insuficiente capacidade de absorção da rede escolar para atender a demanda;
- 4 — Elevado índice de evasão escolar;
- 5 — Inadequação dos Currículos;
- 6 — Desvinculação das Universidades em relação ao ensino voltado, tanto para a pesquisa e novas tecnologias, como para as realidades regionais, do que resulta na maioria das vezes, um tipo de ensino livresco alheio ao avanço da ciência e da técnica e dissociado do meio-ambiente;
- 7 — Baixa qualificação na maioria do corpo docente;
- 8 — Antiquado, deficiente e/ou insuficiente equipamento dos estabelecimentos de ensino;
- 9 — As áreas rurais apresentam situação específica quanto à localização e tamanho das escolas. Qualificação de professores (predomínio do corpo docente leigo) e inadequação de calendário escolar.

As informações disponíveis sobre os múltiplos e variáveis aspectos da problemática de saúde na área Amazônica, além de insuficientes, não facilitam e muito menos favorecem uma análise em profundidade do Setor Saúde. Todavia, o baixo nível de saúde encontrado tanto nas condições sanitárias como na assistencial, reflete deficiências e insuficiências na estrutura e no funcionamento dos órgãos que a isto se devem opor. De uma análise conjuntural, podemos levantar os seguintes fatores adversos ao estado sanitário na Amazônia:

10 — Alta prevalência das doenças transmissíveis, destacando-se pelo vulto que assumem no quadro nosológico da região, a malária, a tuberculose e a lepra;

11 — Insuficiente ingestão de calorias e sobretudo proteínas, para grande maioria da população;

12 — Elevada proporção de óbitos na faixa etária jovem, evidenciando uma grande incidência de doenças infecciosas e parasitárias, sobretudo as diarreicas;

13 — Limitação dos recursos financeiros, as campanhas sanitárias já em desenvolvimento (malária, lepra);

14 — A incorreção, pela insuficiência ou irregularidade, no emprego das drogas antimicrobianas, gerando uma legião de doentes tuberculosos, portadores de germes resistentes, que se acumulam na população e pesam sobre o trabalho dispensarial e hospitalar;

15 — Alta prevalência de lepra no Estado do Acre e sub-regiões do Baixo Tocantins e do Itacaiúnas;

16 — Alta incidência de arboviroses nas sub-regiões do Purus e Madeira;

17 — Acentuada prevalência de boubá no Território do Amapá e área ocidental da Ilha de Marajó;

18 — Sensível prevalência de filariose na área metropolitana de Belém e sub-regiões de Guajarina, Bragantina e Salgado;

19 — Falta de ação integrada da estrutura comunitária de saúde da área;

20 — Ausência de dispensários dinâmicos;

21 — Falta de uma ação profilático-terapêutica na área, de envergadura suficiente e necessária;

22 — Desarticulação das Secretarias e Divisões de Educação, no que diz respeito a programas de educação sanitária;

23 — Inexistência de um sistema adequado e eficiente de coleta, processamento e disseminação de dados estatísticos que permitam elementos indispensáveis à elaboração do diagnóstico de saúde da área;

24 — Predominância acentuada das atividades voltadas à recuperação da saúde, em prejuízo das atividades de prevenção e controle;

25 — Deficiência de estrutura e procedimentos administrativos das secretarias de saúde do Estado e Divisões de Saúde dos Territórios, provocando uma divisão de esforços da estrutura comunitária de saúde da área;

26 — Deficiência da rede hospitalar;

27 — Deficiência na rede de abastecimento d'água nas cidades e vilas;

28 — Utilização de fossas deficitárias e manuseio de lixo sem técnica nem precauções.

Uma das grandes conquistas da civilização é o cuidado, o zelo com as crianças, e com os anciões. A primeira como alento a uma esperança. A segunda como um reconhecimento.

As nações que não observarem essas normas não poderão manter aspirações de figurar entre os povos civilizados. Outro fato importante nesta pauta é a assistência social aos necessitados. Na Amazônia, levantamos alguns óbices ao setor assistencial.

29 — Deficiência do amparo social à criança, permitindo a formação de marginais e/ou inaptos para a vida em sociedade;

30 — Inadequação do sistema de Previdência Social às reais necessidades da maioria da população, principalmente nas regiões afastadas;

31 — Inexistência de habitação condigna para moradia, de uma considerável parcela da população.

## b) Expressão Econômica

A Amazônia constitui-se, do ponto de vista econômico, numa área problema. Sua economia baseava-se no extrativismo. Se esse paraíso era efetivamente uma esperança do ponto de vista natural, era inteiramente irrealístico em termos de programação e esforço humano necessário ao seu progresso. Pela leitura da "Ação Coordenada do Governo Federal na Amazônia" e da "A Amazônia Brasileira", como de outras obras saltam com fulguração meridiana, os seguintes óbices:

### PROSPECÇÃO

1 — Desconhecimento da comprovação mineralógica do solo e subsolo;

2 — Conhecimento incompleto do potencial energético da rede fluvial suscetível de aproveitamento econômico;

3 — Ausência de um exato conhecimento da ecologia das várias regiões da área com relação aos principais produtos agrícolas;

### ENERGIA

4 — Pequeno consumo de energia nos centros mais populosos não permite, no momento, a utilização de sistemas hidrelétricos;

5 — Elevado custo de produção em face do preço do óleo;

6 — A capacidade instalada requer um aumento constante face a implantação de indústrias, favorecidas pela política dos incentivos fiscais, gerando um círculo vicioso;

7 — A dimensão continental da área e a dispersão da população, torna impraticável a utilização de empreendimentos interligados;

8 — Baixa demanda em consequência da baixa renda *per capita* regional;

### COMUNICAÇÕES

Não obstante a sua importância vital para o desenvolvimento, as comunicações na Amazônia eram seguramente as mais deficientes do país, apresentando os seguintes problemas:

9 — Ausência de um sistema de comunicações eletrônicas que satisfizessem com eficiência e rapidez, as necessidades prioritárias da população;

10 — Serviço postal deficiente;

11 — Sistema telefônico deficiente e arcaico.

### TRANSPORTE

O sistema rodoviário, organizações portuárias e aero-viárias na Amazônia, apresentam um quadro deficitário. Podemos sem muito esforço levantar estes óbices que materializam a oposição da integração.

12 — Inexistência de uma rede rodoviária, pavimentada ou não, que ligue os centros urbanos propiciando um desafogamento da economia local;

13 — Inexistência de uma rede ferroviária em extensão, capacidade transportadora e condições técnicas necessárias a implantar uma integração econômica e social em conjunção com os outros meios de transporte;

14 — Existência de uma reduzida frota mercante fluvial constituída na sua maioria de navios mercantes obsoletos e de operação antieconômica;

15 — Posse de uma organização portuária quantitativa e qualificativamente deficitária;

16 — Ausência de um planejamento de aproveitamento total das águas interiores, inclusive interligando bacias fluviais.

### DISTRIBUIÇÃO

A última fase do processo econômico destinado a proporcionar bem de consumo indispensável ou necessário à vida da população é aquela em que o produto acabado fica à disposição de quem o deseja. Embora muitos não percebam o relevo que possui esta atividade final, é indispensável que a ela se preste grande atenção sob pena da anulação de esforços realizados em outros setores da atividade econômica com o fito de reduzir custos e produção. No caso em estudo verificam-se na Região Amazônica:

17 — Ausência de organizações de âmbito nacional para vendas a varejo, diretamente à população, dos produtos mais essenciais à vida;

18 — Existência de uma permanente disparidade e irracionalidade de preços no âmbito da comercialização da maioria dos produtos.

### AGRICULTURA — PECUÁRIA

O sistema agrário de uso da terra na Amazônia, utiliza os tipos extensivos e intensivos.

O sistema extensivo se caracteriza pela lavoura itinerante, predatória e, acima de tudo, antieconômica, vinculada aos traços empíricos e tradicionais. É a agricultura praticada pelo caboclo às margens dos rios, é a lavoura de subsistência condicionada principalmente às culturas da mandioca,

do arroz, do milho, e do feijão, também praticada nos centros florestais pelo seringueiro, como meio de sustento alimentar. Pequena importância tem o tipo intensivo, onde a aplicação da tecnologia vai desde o emprego da ciência agrônômica aos limites da mecanização.

Exemplo frisante deste tipo, é a cultura da pimenta-do-reino em Tomé-Açu e Castanhal nas margens da rodovia Manaus — Itacoatiara.

Por sua vez a pecuária regional objetivando o aproveitamento dos imensos campos naturais apresenta também certa deficiência da técnica criatória.

Podemos levantar os seguintes óbices agropecuários na região:

19 — Baixíssimo rendimento médio por hectare de todos os principais produtos vegetais e de colheita anual;

20 — Ineficiente desenvolvimento anual da produção agrícola, mantida em índice inferior do crescimento demográfico da região;

21 — Manutenção do desfrute dos rebanhos em nível inferior ao tecnicamente possível e economicamente desejável.

## ARMAZENAGEM

No conjunto geral de um sistema destinado a assegurar o abastecimento nacional de bens essenciais à vida das populações, ocupa lugar destacado a rede de armazenagem. A importância do assunto cresce quando essa atividade se destina a cuidar de gêneros de alimentação. Todos os anos, da safra de cereais são perdidos por motivos vários, cerca de grande percentagem. Podemos em conclusão dizer que a Região Amazônica se ressentir no setor armazenagem de:

22 — Grande deficiência quantitativa e qualificativa, da capacidade de estocagem de gêneros alimentícios, principalmente cereais;

23 — Grande deficiência quantitativa da capacidade de armazenamento de petróleo e de seus derivados.

## CRÉDITO

O crédito é uma das alavancas do processo, mas também pode ser um instrumento de destruição econômica e social. Depende de sua destinação, da forma por que é usado, do juro cobrado e do caráter de sua concessão. Encontramos na Amazônia a seguinte situação:

24 — Cobrança de elevadíssima taxa de juros nas operações processadas, tanto na rede bancária como nas empresas de financiamento;

25 — Ocorrência de irracional distribuição dos recursos creditícios pelos vários setores da economia nacional;

26 — Inexistência de uma política de investimentos orientada no sentido exclusivo das metas governamentais para a região.

### c) Expressão Política

Culpa-se o Governo por tudo de errado que ocorre no país, seja ou não ele o responsável direto pela ação ou omissão. Todavia a ação administrativa dos governos sofre o impacto de outros grandes problemas de solução difícil e demorada. Nesta expressão podemos citar como óbices ao planejamento dos governos regionais da Amazônia, os seguintes fatos:

1 — Existência de grande diferença entre as dimensões dos espaços político e econômico e as de espaço físico;

2 — Existência de duas imensas regiões com características fisiográficas adversas entre si e ao seu desenvolvimento;

3 — Ausência de líderes políticos realmente democratas, mas não demagogos, com conhecimento exato dos problemas locais e dedicados à causa pública;

4 — Existência de um corpo de funcionários públicos, dimensionado com a necessidade e qualificados para as funções exercidas;

5 — Existência de irracional, onerosa e obsoleta organização administrativa para as tarefas necessárias.

#### d) Expressão Militar

Pelas características regionais que apresenta, a área Amazônica constitui-se em um teatro de Operações Fluviais, semelhante em muitos aspectos aos Teatros de Operações Anfíbias. Embora a história das fronteiras na região tenha sido com alívio resolvida a contento, com grande influência da Diplomacia Brasileira, a característica da área e a prática de exploração de certas áreas de fronteira vivificada, exige a presença constante das Forças Armadas na defesa da integridade do território nacional. O Exército mantém, a duras penas, unidades fronteiriças que, num sistema de colônias militares, vivificam as linhas demarcatórias. A Marinha, através de suas bases, cumpre idêntico propósito e, usando de seus meios flutuantes, integra as regiões longínquas e seus recursos sócio-econômicos. Não menos importante é a tarefa da gloriosa Força Aérea Nacional neste papel de desbravamento e integração. No entretanto, aí também aparecem óbices importantes que são:

1 — Inadequação pelo estado de desatualização em que se encontra quase todo seu equipamento e armamento e a conseqüente instrução;

2 — Podemos citar ainda como fator relevante, embora não seja tarefa principal das Forças Armadas, os fatores adversos criados pelo contrabando de vários recursos minerais, principalmente ouro e diamante nesta região, fruto do deficiente aparelho policial da região, que se apresenta sob uma forma estrutural ultrapassada, como também com potencial humano e material bem abaixo do nível exigido pela missão a cumprir.

## CAPÍTULO II

### PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA

O problema amazônico transcende o quadro sócio-econômico de retardamento de defasagem em relação ao restante do país. Assume aqui tão grande ou maior importância o aspecto de segurança nacional e soberania. Mais de 12.100 km de fronteiras internacionais delimitam o seu território, onde, entretanto, a ocupação humana se distribui por uma malha esgarçada e desequilibrada. Grandes vazios geográficos desembocando em faixas de fronteiras impõe uma estratégia ao mesmo tempo de integração econômica e de ocupação territorial.

A compreensão do complexo amazônico, para os fins de atuação do Governo, ganha consistência e realismo quando se destacam as sub-regiões que a formam, em decorrência de variantes específicas da problemática global. Para a Amazônia Oriental, vinham sendo mais imediatas as perspectivas de ampliação da atividade empresarial privada. A existência de uma infra-estrutura razoável, sobretudo no seu grande pólo de desenvolvimento que é a cidade de Belém, viabilizou a implantação de um parque industrial com seguras condições de sustentação e expansão. Na Amazônia Ocidental, eram menos atraentes as perspectivas imediatas para o estabelecimento de atividades produtivas de impacto econômico. A distância em relação aos centros de maior densidade de consumo, aliada à incipiência do mercado doméstico, determinaram que a responsabilidade do poder público assumisse, aí, maior relevância, justificando o tratamento especial que o Governo lhe dispensou.

A estratégia defendida pelo Governo Federal, como diretriz para a atuação coordenada de todas as suas agências, orientou o programa prioritário que ora se realiza e que viabilizará o atingimento dos objetivos de integração intrarregional e nacional da Amazônia, e de reafirmação do poder nacional na região. Essa estratégia materializara-se em um entrela-

çamento de medidas e realizações, de tal modo que a Amazônia muito em breve esteja diretamente integrada com o resto do país, através de:

- 1 — Instrumentos econômicos para aceleração do desenvolvimento;
- 2 — Rede física de transportes e comunicações;
- 3 — Ação de apoio logístico e desbravamento pioneiro a cargo das Forças Armadas.

Essas ações atenderão às prioridades nacionais para desenvolvimento que são: Educação, Saúde e Saneamento, Agricultura-Abastecimento e Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Tal esforço principal não deverá prejudicar a consolidação da infra-estrutura econômica da Energia, Transporte e Comunicações, nem o apoio ao desenvolvimento integrado da Indústria e Agricultura. Na implementação de Políticas Setoriais, será dado especial apoio ao incremento do turismo, tanto de correntes turísticas internacionais, como de nacionais, dotando-se as regiões tropicais de condições favoráveis. A implantação destas metas de desenvolvimento nas linhas gerais da política regional amazônica originou o Programa Estratégico do Desenvolvimento da Amazônia, que o Governo Costa e Silva entregou à consideração das forças políticas e das camadas atuantes da opinião pública, como concepção programática para a nova arrancada do desenvolvimento que prometeu ao povo brasileiro, e está sendo levado a efeito agora pelo Terceiro Governo da Revolução.

Para a construção destes propósitos o Governo detalhou sua estratégia na ocupação econômica e no processo de crescimento da região, que serão efetivados mediante o cumprimento das seguintes ações específicas:

**a) Bases de Ocupação**

- Expansão do contingente populacional da região, de forma programada e em áreas prioritárias;

- Construção da infra-estrutura econômica interna da região mediante:
  - rede rodoviária básica;
  - aparelhamento dos portos;
  - desenvolvimento da navegação fluvial;
  - programa de energia;
  - criação de um suporte de Educação, Saúde e Assistência, que viabilize radicar as populações;
  - programa RADAM.

**b) Processo de crescimento, com bases nos incentivos fiscais e isenções a cargo da SUDAM e SUFRAMA nas seguintes linhas:**

- Seleção de pólos de desenvolvimento e de integração;
- Definição de prioridades setoriais de industrialização, com ênfase nos pólos de Belém e Manaus.
- Fortalecimento e racionalização da economia dos produtos básicos da região;
- Exportação de madeira;
- Mineração;
- Pecuária em áreas selecionadas;
- Colonização, notadamente na região da Transamazônica.

Para executar esta política Governamental foram planejados e postos em execução, dentro da capacidade federal, as seguintes ações setoriais.

### EDUCAÇÃO

- 1 — Projeto Operação Escola;
- 2 — Projeto Programa Nacional de Alfabetização;
- 3 — Projeto Carta-Escolar;
- 4 — Projeto Programa Integrado de Assistência ao Educando;

- 5 — Projeto Reformulação do curriculum de ensino fundamental;
- 6 — Projeto Programa de Integração das Universidades na Comunidade;
- 7 — Aperfeiçoamento e treinamento de professores para o ensino fundamental, médio e normal;
- 8 — Projeto construção, transformação, equipagem, treinamento de pessoal para ginásio polivalente, centros avançados e estabelecimentos de ensino médio e superior;
- 9 — Projeto Plano de carreira e melhoria de remuneração do magistério do ensino fundamental;
- 10 — Projetos especiais na área do ensino fundamental;

#### SAÚDE

- 11 — Reestruturação técnica e administrativa das secretarias e divisões de saúde.
- 12 — Apoio técnico e financeiro às atividades profiláticas.
- 13 — Apoio financeiro a pesquisas básicas, científicas e aplicadas.
- 14 — Sistema de abastecimento de água de Belém, Rio Branco, Boa Vista, Macapá, Santarém, Porto Velho.
- 15 — Esgoto sanitário nas cidades de Rio Branco, Belém e Macapá.
- 16 — Defesa contra erosão e inundações na cidade de Belém.

#### ASSISTÊNCIA

- Instalação de centros comunitários regionais de habitação.
- De financiamento do mercado urbano de baixa renda.
- De financiamento do mercado urbano de renda média.

- Dinamização de assistência e previdência ao trabalhador na zona rural e urbana através de:
  - Convênios com hospitais para atendimento aos trabalhadores e dependentes desde Picos no Piauí até Humaitá no Amazonas e Cruzeiro do Sul, no Acre;
  - Convênios para assistência médica aos trabalhadores e seus dependentes, nas frentes de serviços da Transamazônica com as diversas empresas construtoras;
  - Convênio com a Fundação SESP, na cidade de Altamira, no Pará, com vistas à manutenção do Hospital São Rafael da Prelazia do Xingu;
  - Credenciação de médicos nas áreas urbanas de Marabá, Santarém e Altamira;
  - Aparelhamento da Agência do INPS, em Santarém-Porto Velho;
  - Cobertura móvel médico-assistencial aos trabalhadores da Transamazônica;
  - Postos de identificação para o fornecimento de carteiras profissionais;
  - Convênios mantidos pelo FUNRURAL para prestação de assistência médico-hospitalar.

### PROSPECÇÃO

- Levantamentos aerofotogramétricos — RADAM
- Levantamentos cartográficos
- Levantamentos pedológicos
- Projeto Tapajós—Ja Manxim
- Projeto Irini—Caruá
- Projeto Geologia
- Projeto Evaporitos
- Projeto Marabá

- Projeto Aripuana—Sucunduri
- Projeto Macapá—Calçoene
- Projeto Roraima
- Projeto Paru—Jari
- Projeto Argila—Belém
- Projeto Argila—Manaus
- Pesquisa Mineralógica da Cia. Vale do Rio Doce
- Projeto Hidrologia da Bacia Amazônica
- Projeto Climatologia

#### ENERGIA

- Nova Usina de Manaus
- Nova Usina Belém
- Hidrelétrica Curua-Una
- Hidrelétrica Coaracy—Nunes
- Prospecção Petróleo

#### COMUNICAÇÕES

- Sistema Belém—Brasília
- Sistema em Tropodifusão
- Sistema Belém—Manaus
- Sistema Campo Grande—Belém—Manaus
- Sistema Manaus—Boa Vista
- Sistema São Luís—Belém
- Ampliação do Sistema Telefônico Urbano

#### TRANSPORTE

- Rodovia Belém—Brasília BR-010/226/153
- Rodovia Cuiabá—Fronteira do Peru BR-226/319/364
- Rodovia Transamazônica BR-230
- Rodovia Humaitá—Lábrea—Rio Branco—Fronteira da Bolívia BR-317/406
- Rodovia Santarém—Cuiabá BR-165
- Rodovia Manaus—Porto Velho—Guajará-mirim... BR-319

- Rodovia Belém—Peritoró BR-316
- Rodovia Manaus—Fronteira com a Venezuela
- Rodovia Boa Vista—Fronteira Guiana Inglesa BR-401
- Rodovia Macapá—Fronteira de Guiana Francesa BR-156
- Programas Rodoviários Estaduais
- Grupo de Trabalho para estudo da unificação de fretes
- Grupo de Trabalho para elaborar uma legislação específica para a navegação fluvial
- Modernização do Porto de Manaus
- Modernização do Porto de Belém
- Estudo para construção de Novo Porto em Belém
- Dragagem do Porto de Belém
- Construção de um Porto em Santarém
- Estudo de Vias Navegáveis da Amazônia
- Estudos preliminares de transposição das corredeiras do Bem Querer
- Estudo da ligação das bacias do Amazonas e do Prata
- Construção de Aeroportos Prioritários da Amazônia
- Aeroporto Supersônico de Manaus

#### DISTRIBUIÇÃO

- Mercado terminal de Manaus
- Central de abastecimento de Belém
- Zona Franca de Manaus

#### AGRICULTURA-PECUÁRIA

- Projeto Madeira
- Projeto Heveicultura
- Projeto Castanha-do-Pará
- Projeto colonização das Rodovias Transamazônica e Santarém—Cuiabá
- Projeto extensão rural
- Projeto de Serviço de Informações de mercados Agrícolas

- Projeto Pesquisa e experimentação Agropecuária
- Projeto Promoção ao cooperativismo na Amazônia
- Projeto de defesa sanitária animal
- Projeto serviço de treinamento e pesquisas florestais
- Projeto laboratório de Tecnologia de Madeira
- Projeto Babaçu
- Projeto Piloto—Pau Rosa
- Projeto Silvicultura Tropical
- Projeto Piloto—Dende
- Projeto de colonização na Amazônia Legal
- Distritos Agropecuários

#### CRÉDITO

- Financiamento de Projetos Econômicos para a Região
- Reestruturação do BASA
- Criação de Rede Bancária pelo interior para possibilitar a penetração de crédito
- Crédito agrícola
- Crédito à industrialização regional
- Fortalecimento do capital social básico da Região
- Amparo de preços mínimos

#### POLÍTICA

- Criação da Zona Franca de Manaus
- Criação da SUDAM
- Política das áreas prioritárias
- Fortalecimento da infra-estrutura educacional e social

## MILITAR

- Instalação do Comando Naval de Manaus com estabelecimento de destacamentos navais ao longo dos afluentes navegáveis
- Incorporação à Flotilha do Amazonas de novos navios fluviais construídos no Arsenal de Marinha
- Planejamento de bases flutuantes móveis capazes de atender necessidades permanentes ou eventuais
- Aumento do efetivo da MB na área com a convocação de maior número de regionais para o serviço com conseqüente formação de mão-de-obra qualificada
- Levantamento hidrográfico dos afluentes da margem direita do Amazonas de modo a levantar dados que propiciem a construção de portos projetados
- Aumento do ensino profissional marítimo, incluindo a alfabetização
- Construção em Belém do Centro de Instrução de Fluvíarios pela evolução da Escola de Marinha Mercante do Pará
- Aumento do atendimento médico sanitário educacional à população ribeirinha
- Aumento da cubagem da carga transportada para os Órgãos Governamentais, Paraestatais e particulares na Região
- Enfatização do apoio aos Ministérios Militares e aos Serviços de Saúde
- Convênio para transporte de produtos refinados para a área, com a Petrobrás
- Projeto do Instituto de Pesquisas da Marinha ligado ao conhecimento dos recursos naturais e as condições do ser humano às peculiaridades do trópico úmido.

- Criação da COLAM (Comissão do Levantamento da Amazônia)
- Levantamento para localização do porto de escoamento de minérios da Serra dos Carajás

### EXÉRCITO

- Realização de ACISO (Ação Cívico Social) nas cidades desprovidas de Infra-estrutura
- Operação presença
- Planejamento da Defesa Civil Interna
- Convênio com a FN BEM para instalação do Centro de Treinamento Profissional em Tabatinga para assistência ao menor daquela região
- Construção das Escolas Rurais de Tabatinga e Estirão do Equador
- Construção do Ginásio de Clevelândia
- Construção da Escola para Índios em Tabatinga
- Cursos de Preparação de Mão-de-Obra em Porto Velho em convênio com PIPMO
- Idem nas localidades de Guajará-Mirim, Tabatinga e Cucuí
- Prestação de Serviço Médico hospitalar no Hospital Benjamim Constant da FSESP
- Prestação de assistência médica aos trabalhadores rurais em convênio com FUNRURAL
- Construção de trechos de rodovias vicinais, construção de Escolas e residências, implantação de rede hidráulica e elétrica, construção de serrarias e olarias em convênio com a SUDAM
- Implantação de granjas militares em convênio com o INCRA

- Manutenção das Colônias Militares de Tabatinga e Olapoque em convênio com o INCRA
- Levantamento do quadro médico-sanitário pelas realizações de inspeções e ACISO
- Participação direta da estratégia de integração, através dos seus cinco Batalhões de Engenharia de Construção de Estradas.

### CAPITULO III

#### ANALISE DA AÇÃO DO GOVERNO NA AMAZÔNIA FACE AOS ÓBICES DA REGIÃO

Podemos sintetizar como obstáculos ao desenvolvimento da Amazônia os seguintes óbices:

- falta de informações sobre os recursos da região;
- esparsa ocupação humana entre as fronteiras econômica e geográfica;
- precário suprimento alimentar;
- predominância do setor primário;
- elevado índice de doenças tropicais;
- inadequado sistema educacional;
- falta de diversificação do trabalho;
- baixa qualificação de mão-de-obra;
- insipiente direção empresarial;
- isolamento físico e de comunicações.

Diante da grandeza do projeto global de desenvolvimento regional, como também do desconhecimento da região, o Governo inicialmente partiu para conhecê-la através de projetos do setor de prospecção, principalmente o RADAM, sem que com isso deixasse de lado as ações que a torna

mais perto e mais aberta para povoá-la, para isso iniciou também os projetos, já falado, de comunicações e transportes, dando mais ênfase neste último ao rodoviário. Feito isso não esqueceu o Governo as prioridades do desenvolvimento nacional e se lançou ao trabalho da Educação, da Saúde, do Saneamento e da Agricultura.

Embora os projetos ainda não tenham removido totalmente os fatores adversos e antagônicos, diante de suas magnificências, orientou no entretanto a formação de uma infra-estrutura adequada ao atendimento da formação de uma mentalidade com o conseqüente aprimoramento do elemento humano, gerando destarte segurança de condições para o desempenho da iniciativa privada e melhoria do bem-estar social da região.

Por simples e elementar soma algébrica entre os óbices então existentes e a ação do Governo na área, que se lhe opõe, verificamos que a expressão resultante nos conduz ao zero, podendo mesmo se extrapolar um resultado futuro positivo, na coluna das realizações governamentais.

Vemos, pois, analiticamente, que as ações decantadas estão criando uma infra-estrutura social e econômica; que a integração das rodovias e disponibilidades do sistema fluvial propiciam a circulação de meios, gerando a integração física e econômica. No setor energético, ora em aumento, surge a garantia da indústria; o sistema de telecomunicações implantado assegura as ligações gerando integração cultural e econômica. O saneamento promove o bem-estar social e a elevação das condições humanas. A educação permite a capacitação necessária ao desenvolvimento das pessoas físicas. A exploração mineral, embora embrionária, potencializa-se como núcleo dinâmico do progresso da área. A reserva florestal racionalmente aproveitada será a base próxima da economia de exportação. A pesca abre novos campos para o robustecimento da estrutura sócio-econômica. As culturas nativas, hoje estruturadas e racionalizadas, redespontam como fontes de divisas; e a pecuária, o mais eficiente instrumento de penetração pioneira nas áreas virgens, desponta como ati-

vidade positiva de integração e de promoção de espaços vazios, preparando-se para a formação de um dos maiores rebanhos do mundo.

Acho válido, portanto, à luz dos ONP — Integração Nacional e Progresso — que em sua projeção abrange um universo, dizer que as realizações do Governo Federal na Amazônia colhem resultados positivos e projetam no futuro uma magnífica realidade tornando adequada, exequível e aceitável, a profecia de Humboldt, quando denominava a Amazônia como "Celeiro do Mundo".

#### CAPITULO IV

### CONCLUSÃO

As terras da Amazônia pertencem agora ao Brasil. Ninguém mais poderá aspirar a elas. Mas não é só isso, não. Ao longo desse trabalho que embora rápido, foi escrito com dados os mais completos possíveis, vimos que, sob a capa verde da maior floresta tropical do mundo há riquezas minerais já dedectadas, mais valiosas do que todas as demais que atualmente exploramos. E mais ainda: a terra provou não só na prática, como através de estudos ser boa e fecunda em 80% da zona prospectada.

As rodovias, além de fixar o homem à terra, servirão de escoamento dos produtos agrícolas e minerais, e permitirão igualmente, a abertura de um novo mercado para os manufaturados do sul. Junto às terras férteis da Transamazônica e orbitando os portos da integração dos transportes, deverá prosperar, a curto prazo, pelo menos 10 vezes mais gente do que a que se fixou à margem da Belém — Brasília. É necessário, porém, estabelecer um rigoroso exame médico entre os colonos que se candidatam às glebas, a fim de que não se fixe ali gente contaminada com moléstias que poderão assolar a região, aumentando o quadro endêmico e isso infelizmente está acontecendo.

É imprescindível construir silos para abrigar a produção que será cada vez mais abundante, sob pena de grande parte dela se perder. E é necessário, urgente e inadiável, equipar a área com mais caminhões, mais embarcações, mais aviões, mais serrarias, mais olarias e mais máquinas agrícolas que modifiquem hábitos de colonização ultrapassados.

SIM: para transformar a amazônia em realidade irreversível ainda é preciso muitas e muitas coisas. Menos uma — PATRIOTISMO — este existe de sobra entre os pioneiros que, ali, em meio à floresta, estão escrevendo a mais bela página da história do Brasil. Existe aqui, neste auditório, nesta elite que empresta sua atenção às palavras sem brilho deste que vos fala, embora o faça pelo coração, que para terminar continua parodiando desta vez o grande brasileiro OLAVO BRAZ MARTINS DOS GUIMARÃES BILAC: "BOA TERRA! JAMAIS NEGOU A QUEM TRABALHA/O PÃO QUE MATA A FOME, O TETO QUE AGASALHA/QUEM COM O SEU SUOR A FECUNDA E UMEDECE/VÊ PAGO O SEU ESFORÇO, E É FELIZ E ENRIQUECE."

#### INTEGRANTES DO GRUPO

DR. ARNON AFFONSO DE FARIAS MELLO  
(Dirigente)

JOÃO ALVES GRANGEIRO FILHO  
Capitão-de-Fragata Fuzileiro Naval (Relator)

RAQUEL DE AZEVEDO PIO  
Professora

SINVAL BOAVENTURA  
Deputado Federal

WALTER AMORA LEITE  
Professor

#### BIBLIOGRAFIA

1. BRASIL-SUDAM — Plano de Desenvolvimento da Amazônia — (1972-1974) — Guanabara, 1971
2. Goycochêa Castilho — O Espírito Militar na Questão Acreana — Biblioteca Militar, Rio de Janeiro, 1941
3. HELIO VIANA — História das Fronteiras do Brasil — Biblioteca Militar, Guanabara — 94?

4. OSORIO NUNES — *Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira* — Biblioteca do Exército — Guanabara, 1950.
5. RIBEIRO DA GRAÇA — Ten Cel Jaime — *Realidades Brasileiras* — Biblioteca do Militar — Guanabara, 1950.
6. BACKHEUSER — EVERARDO — *A Geopolítica Geral do Brasil* — Biblioteca do Exército — Guanabara, 1952.
7. HELIO VIANA — *História Diplomática do Brasil* — Biblioteca do Exército, Guanabara, 958.
8. ROOSEVELT, THEODORE — *Nas Selvas do Brasil* — Henrique Pongetti — Guanabara, 1955.
9. BRASIL — IBGE — *Novo — Paisagens do Brasil* — Guanabara, 1968.
10. VASCONCELOS TORRES — *Aviação, Presença Antiga na Integração Nacional* — S.G.S.F. — Brasília, 1972.
11. LYRA TAVARES — General — *O Exército Brasileiro e a Atual Conjuntura Nacional* — Imprensa do Exército — Guanabara, 1969.
12. GOMES ALCARAZ — Flávio — *Transamazônica a Redescoberta do Brasil* — Editora São Paulo — São Paulo, 1972.
13. BRASIL-SUDAM — *Relatório Geral 1969-1972* — Editora Falangola — Brasil, 1972.
14. MARTINS RANDOLFO — Dra. CLARA — *A Amazônia e seus Problemas* — Divisão Documentação SUDAM — Belém, 1972.
15. BRASIL — MINISTÉRIO DO INTERIOR — *A SUDAM REVELA A AMAZÔNIA* — Editora Barbelo Brasil, 1972.
16. BRASIL — ADESC — *Orientação Geral para a Elaboração dos Trabalhos de Grupos* — SGSF — Brasília, 1972.

"JAMAIS PONHA ALIMENTO NA BOCA DE UM  
FAMINTO,  
SERVINDO-SE DE MÃO ALHEIA"

(Preceito Budista a respeito do conceito **caridade**.)